



Lei Ordinária Nº 775, de 26 de agosto de 2025

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal da Cultura de Ferros/MG e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Ferros, por seus Vereadores, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

O Povo do Município de Ferros/MG, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Conselho Municipal de Cultura do Município de Ferros/MG e o respectivo Fundo Municipal da Cultura.

CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

- Art. 2º O Conselho Municipal de Cultura-CMC será composto por 07 (sete) membros efetivos e 07 (sete) membros suplentes, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
- **Art. 3º** O CMC será composto dos seguintes representantes:
- I. 03 (três) representantes indicados pelo poder executivo municipal, dentre os servidores do quadro de provimento efetivo ou comissionado;
- II. 02 (dois) representantes de entidades culturais do município;
- III. 02 (dois) representantes do setor cultural do município (artistas, artesãos, músicos, grupos folclóricos, etc.)
- **Art. 4º** Os membros do CMC e seus respectivos suplentes serão indicados pelos órgãos, segmentos e comunidades representados.
- Art. 5º Os suplentes substituirão os respectivos titulares em seus impedimentos e, em caso de vacância, assumirão a titularidade da representação pelo restante do mandato.
- Art. 6º O CMC se reunirá ordinária e obrigatoriamente 03 (três) vezes ao ano, no mínimo, com a







presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu presidente, ou extraordinariamente por solicitação do presidente ou da maioria de seus componentes, dirigida à mesma autoridade.

- Art. 7º As decisões do CMC serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao seu presidente, em casos de empate, o voto de qualidade.
- **Art. 8º** As atividades exercidas pelos membros do CMC serão consideradas de relevante serviço público, não sendo remuneradas.
- **Art. 9º** O Regimento Interno do CMC especificará os requisitos exigidos para os membros do mesmo e seus respectivos suplentes, bem como os casos de impedimentos decorrentes da perda de mandato, de dispensa ou de vacância.
- **Art. 10** Os representantes de que trata o inciso II e III do artigo 3º não poderão estar nomeados em cargos de provimento em comissão, manter relações formais e/ou remuneradas com o poder executivo ou legislativo local e não poderão ser servidores da secretaria responsável pela área da cultura do Município.
- **Art. 11** Poderão participar das reuniões do CMC convidados especiais, que representem entidades de classe, universidades, associações de industriais e lojistas, que tenham interesse em acompanhar os trabalhos do referido conselho.
- **Art. 12** O CMC deverá conter a seguinte estrutura administrativa:
- I. Um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo, escolhidos dentre os membros efetivos:
- II. Comitê Gestor do Fundo Municipal da Cultura.
- **Art. 13** Ao Conselho Municipal de Cultura-CMC compete:
- I. Formular as diretrizes básicas a ser obedecidas na Política Municipal de Cultura;
- II. Propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como de modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de cultura;
- III. Opinar na esfera do poder executivo e legislativo, quando solicitado, sobre projetos de lei que se relacionarem com a cultura ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV. Desenvolver programas e projetos de interesse cultural, visando a incrementar as práticas culturais no município, não servindo, em hipótese alguma, a algum interesse político partidário ou







pessoal, seja a que título for;

- **V.** Estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e aqueles prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação de atividades culturais;
- VI. Estudar de forma sistemática e permanente o mercado cultural do município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII. Programar e executar amplos debates sobre temas de interesse cultural;
- VIII. Manter cadastro de informações culturais de interesse do município;
- IX. Promover e divulgar as atividades ligadas à cultura;
- **X.** Apoiar, em nome da municipalidade, a realização de congressos, seminários, feiras, convenções e outros eventos de relevante interesse para o incremento da cultura local;
- **XI.** Emitir parecer relativo a financiamentos de planos, programas e projetos públicos e privados que visem ao desenvolvimento da indústria cultural;
- XII. Examinar, aprovar e julgar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XIII. Fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;
- XIV. Decidir sobre a destinação e a aplicação dos recursos financeiros;
- **XV.** Contribuir para a formação e a capacitação de profissionais que atuem na área cultural, visando à qualidade e produtividade dos serviços prestados;
- XVI. Organizar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura-CMC;
- **XVII.** Propor parcerias para a celebração de convênios e acordos que visem à captação de recursos para o Fundo Municipal da Cultura FMC;
- **XVIII.** Administrar o Fundo Municipal da Cultura FMC em conjunto com o Órgão Municipal competente;

CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 14 Fica criado o Fundo Municipal da Cultura - FMC, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais de fomento à cultura.

Parágrafo único: A secretaria municipal competente, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura - CMC, adotarão ações comuns no sentido de:

I. Definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal da Cultura;







II. Aplicar os parâmetros da administração financeira pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

Seção II Da Constituição do FMC

Art. 15 O Fundo Municipal da Cultura - FMC será constituído por:

- 1. Receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais para eventos de cunho cultural;
- II. Rendas provenientes da cobrança de ingressos para shows artísticos e eventos administrados pela secretaria competente, quando não revertidos a título de cachês ou direitos autorais;
- III. Produto auferido sobre a venda de publicações culturais editadas pelo poder público;
- IV. Dotações orçamentárias consignadas no orçamento do município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- V. Doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;
- **VI.** Contribuições de qualquer natureza destinadas ao fomento de atividades relacionadas à cultura sejam públicas ou privadas;
- **VII.** Recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas à cultura, celebrados com a prefeitura;
- **VIII.** Produto de operações de crédito, realizada pela prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;
- IX. Rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis no mercado de capitais;
- X. Recursos do ICMS Cultural Estadual;
- XI. Outras rendas eventuais.

Parágrafo único: Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial.

Art. 16 As receitas do FMC deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em ações, programas e projetos exclusivamente voltados à cultura, a serem desenvolvidos pela Secretaria competente e pelo Conselho Municipal da Cultura – CMC.

Seção III Da Destinação dos Recursos do FMC

Art. 17 Os recursos do FMC serão exclusivamente aplicados em:







- 1. Pagamentos pela prestação de serviços a pessoas físicas e entidades de direito público e privado, para a execução de ações, programas e projetos específicos do setor de cultura;
- II. Aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas diretamente ligados à cultura;
- III. Financiar, total ou parcialmente, ações, programas e projetos de interesse cultural para o município, através de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica;
- IV. Pagamento de tarifas bancárias.
- V. Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da cultura.
- VI. Pagamento de outras questões ligadas à cultura não designadas nesta legislação, desde que estas questões sejam aprovadas pela maioria dos membros do Conselho Municipal da Cultura.
- **Art. 18** Obedecida a legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do FMC deverão ser aplicados no mercado financeiro, cujos resultados a ele reverterão.
- **Art. 19** Na aplicação dos recursos do FMC observar-se-ão:
- As especificações definidas em orçamento próprio;
- II. Os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único: O orçamento e os planos de aplicação do FMC observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Secretaria competente e pelo Conselho Municipal da Cultura - CMC.

- **Art. 20** O Comitê Gestor do FMC, criado no âmbito do CMC, será composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, todos eleitos pela plenária do CMC dentre os seus membros para um mandato de um ano, prorrogável por igual período.
- §1º Os membros do Comitê Gestor do FMC não serão remunerados:
- §2º Compete ao Comitê Gestor do FMC:
- I. Articular junto às potenciais fontes doadoras, a captação de recursos para o Fundo, dentro de suas possibilidades e em estreita articulação com a secretaria municipal responsável pela área da cultura do município;
- II. Monitorar e gerir junto ao poder executivo municipal os recursos depositados no FMC, de acordo com a legislação pertinente;
- III. Estabelecer, juntamente com os demais membros do CMC, critérios para análise prévia e prioridades para o apoio aos projetos a serem executados com recursos do FMC, bem como indicadores de acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados, devendo estes projetos estar em conformidade com a Política Municipal da Cultura e com as normas de proteção do patrimônio









natural e cultural de âmbito municipal, estadual e federal;

- IV. Elaborar o relatório anual sobre a aplicação dos recursos do FMC, que deverá ser submetido à aprovação da plenária do CMC;
- **V.** Adotar as providências pertinentes para a aplicação dos projetos aprovados, nos termos determinados pelo CMC;
- VI. Acompanhar o andamento dos projetos a serem realizados com recursos do FMC para garantir a sua efetiva aplicação nos termos da aprovação dada pelo CMC;
- **VII.** Exigir dos responsáveis pela execução dos projetos aprovados pelo FMC a elaboração de relatórios financeiros e de atividades, parciais e finais, que deverão estar disponíveis na Secretaria competente para consulta de qualquer cidadão interessado;
- VIII. Informar periodicamente à plenária do CMC, mediante apresentação de relatório formal, o andamento das atividades apoiadas e a situação das contas do FMC, bem como prestar todo e qualquer esclarecimento relacionado às suas funções em atendimento a solicitação da plenária;
- **IX.** Denunciar à plenária do CMC e às autoridades competentes, na primeira oportunidade, toda e qualquer irregularidade na gestão ou na aplicação dos recursos do FMC de que tenha conhecimento;
- **X.** Colaborar com a plenária do CMC na elaboração do plano de ação e de aplicação dos recursos do FMC, podendo apresentar propostas para a mesma;
- XI. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela plenária do CMC.

Seção IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 21 A liberação dos recursos para pessoas físicas ou jurídicas referentes a ações, projetos e programas aprovados pelo CMC será realizada após a celebração de convênio ou contrato e, se for o caso, após autorização legislativa específica.

Parágrafo único: A celebração de contrato deverá atender às exigências da legislação federal, estadual e municipal vigente.

- **Art. 22** Não poderão ser apoiados pelo FMC ações, projetos e programas incompatíveis com as normas e os critérios desta Lei ou em confronto com a política municipal de preservação, proteção e recuperação do patrimônio natural e cultural.
- **Art. 23** A Secretaria competente prestará o apoio logístico necessário ao fiel cumprimento das atribuições e funcionamento do Comitê Gestor do FMC.
- Art. 24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.







Ferros/MG, 26 de agosto de 2025.

CARLOS ELISIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal





Documento assinado digitalmente por Carlos Elisio de Oliveira conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste durimento aresce a una serancia ma non brivalidador e Informe o códino TIII IA-KI SYRAVIIELGI OGGA-OWSTH no accancia o OR Code do cabacalho



LISTA DE ANEXOS E ATOS VINCULADOS

Documento(s)	Tipo	Visualizar
Projeto de Lei № 27/2025	Ato Vinculado	Visualizar





Documento assinado digitalmente por Carlos Elisio de Oliveira conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste decimente auma tarma cana ma non bravalidador e informe o rádion TIII ILARI SYSLIVIIELGI ORGA. OMASTR no eccanale o OR Code do cabazalho



EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Lei Ordinária Nº 775, de 26 de agosto de 2025

Status: processo de assinatura FINALIZADO

Data da Versão do Doct.: 26/08/2025 16:02:58

Hash Interno: zmfa4bruvjvwlyanmtjghnuyfdr2bz3e9omm8mhx



Chave de Verificação

TULJ4-KL5Y8-KYUEI-GLQGG-OWSTH

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.www.ferros.cam.mg.gov.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
000.***.***-00	Carlos Elisio de Oliveira	Assinado em 26/08/2025 16:25





